

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no SCS Quadra 06, Bloco A, 2º Andar – Sede da SEGETH, Brasília - DF, ocorreu a 23ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: **1– Ordem do dia: 1a)** Aprovação das Atas 27ª Reunião Extraordinária. **1b)** Apresentação dos resultados do enfrentamento à Crise Hídrica/Casa Civil. **1c)** Apreciação do Relatório de Autoavaliação do PROGESTÃO/CTPA. **1d)** Revisão das Normas de Outorgas no DF/SEMA. **2. Informes: 2a)** Validação dos representantes das Câmaras Técnicas do CNRH e de um membro para as plenárias. Não havendo quórum para primeira convocação, a reunião foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, Presidente do Conselho, André Lima, que presidiu a reunião, e os Conselheiros listados no final desta Ata. **O Presidente** deu por aberta a 23ª Reunião Ordinária do CRH/DF, justificando o atraso de alguns membros, por conta de eventos políticos realizados na cidade, e em seguida procedendo com o **Item 1a da pauta**. Não houve consideração ou ajuste à Ata, a mesma foi aprovada por unanimidade e assinada nesta reunião. Em seguida passou ao **Item 1b da pauta**, que foi apresentado pelo **Diretor Presidente da ADASA**, senhor **Paulo Salles**, informando que a apresentação refere-se ao trabalho de enfrentamento da crise hídrica realizado pela ADASA, como forma de preparar a gestão, monitorar e acompanhar o processo de crise hídrica, bem como, a curva de acompanhamento dos reservatórios de águas e a discussão da tarifa de contingência e o racionamento e as ações previstas para os próximos meses. O apresentador enfatizou que a situação é muito grave visto que os volumes dos reservatórios estão bem abaixo do normal. Informou que o volume captado pela CAESB é bem menor que o captado em 2016. Esclareceu que, sobre a contenção de uso, antes, só era feito campanhas publicitárias. Hoje, além de campanhas intensas, existe a tarifa de contingência, e também o rodízio com racionamento de um dia. Estas ações têm efeito muito positivo no abastecimento de águas no DF. Lembrou que hoje o DF tem possibilidade de ofertar mais água nos próximos meses, com obras que já estão em andamento. Há, também, um conjunto de normas e ações sendo tomadas, a exemplo da mobilização da população, que tem sido muito importante. O apresentador mostrou a média de captação da CAESB nos três últimos três anos, na Bacia do Descoberto e na Bacia do Santa Maria-Torto. O Presidente da ADASA lembrou que a situação da Bacia do Santa Maria é mais complicada porque, além da captação no reservatório existe também a captação do Ribeirão do Torto que também teve diminuição de captação. Sobre as medidas estruturantes, disse que a captação do Lago Paranoá já está com obras iniciadas. O Ribeirão Bananal está com as obras em andamento e perspectiva de funcionamento em setembro de 2017. As obras do Sistema Corumbá IV serão retomadas no início de junho de 2017. Existem várias iniciativas de recuperação de pequenas vazões, como é o caso do Córrego Crispim. Sobre a tecnologia aplicada, o apresentador trouxe as seguintes informações: i) O sistema de informações está avançado, com imagens de monitoramento aéreo, base de dados ampliada, diversos tipos de mapas e integração com outras instituições, permitindo a diversificação de mapas de informações, monitoramento remoto em vários casos, coletas de dados *in locu* e aplicativo para anotar o consumo de água gasta em hidrômetro. ii) Sobre as ações de fiscalização informou que na Bacia do Descoberto, em 2017, foram observadas 160 captações superficiais, 188 subterrâneas além de 17 canais que foram objeto da fiscalização. iii) Falou da ampliação da infraestrutura de monitoramento de recursos hídricos. Esclareceu que foi criada a curva de acompanhamento dos níveis do reservatório do Descoberto, que permitiu estabelecer metas a serem atingidas. Quanto às vazões dos afluentes do reservatório: utilizar as mesmas vazões afluentes de 2016,

50 uma vez que, apesar de se esperar vazões afluentes inferiores para 2017, por efeito da
51 depreciação do fluxo de base, considerou-se que as ações de fiscalização na bacia e a
52 redução de captação por parte dos irrigantes a montante da barragem compensarão o déficit
53 observado em relação ao último ano. Quanto à captação média mensal da CAESB: manter a
54 captação média mensal de 3,8 m³/s até outubro; a partir de outubro, a captação média mensal
55 deverá passar para 3,1 m³/s, devido ao início da captação emergencial de 0,7 m³/s no Lago
56 Paranoá. Quanto ao volume útil inicial para a simulação: considerar a data de 30/04/2017,
57 quando o reservatório do Descoberto apresentava 56% da capacidade total de
58 armazenamento. O apresentador seguiu apresentando os fluxos e valores de consumo de
59 águas monitoradas pela ADASA. Com relação à tarifa de contingência e racionamento,
60 mostrou o consumo de água indicado nos três últimos anos, no período de setembro a março,
61 por unidade usuária. Disse que a tarifa de contingência tem como objetivo sinalizar ao
62 usuário a necessidade da redução de consumo e cobrir custos adicionais decorrentes da
63 situação de escassez. Apresentou o planejamento mais imediato da ADASA i)
64 Monitoramento dos reservatórios; ii) Campanhas educativas intensas; iii) Campanhas de
65 hidrometração; iv) Alimentação do sistema digital em tempo real; v) Fortalecimento do
66 sistema de gerenciamento de recursos hídricos; vi) Fazer marco regulatório do Descoberto e
67 Santa Maria. Finalizou. O Conselheiro **Mourão/Fórum de ONGs** observou que um dos
68 aspectos fundamentais da demanda de utilização da água está em um fator que não foi
69 representado aqui e que precisa de alguma forma estar somada nessa transparência para a
70 sociedade, que são as perdas da CAESB. Disse o Conselheiro que fica claro que a tarifa de
71 contingência funciona e é justa se trabalhada com parâmetros diferentes dos trabalhados
72 inicialmente. Disse, também, que sua avaliação da curva de funcionamento do sistema
73 hídrico do DF é extremamente crítica em relação ao que sendo apresentado. Observou que a
74 disponibilidade hídrica e mudança climática vêm sendo reduzidas de maneira bem clara nas
75 curvas apresentadas, e a população deve saber disso, pois precisam reduzir o seu consumo.
76 Disse que deve se pensar em uma política pública para recompor os reservatórios e não só
77 para dar uma solução imediata, para este ano. O Conselheiro falou também que deve ser
78 trabalhada formas de concessão de outorga para empreendimentos futuros. A Conselheira
79 **Maria do Carmo/CAESB** observou que perdas é sempre um trabalho contínuo e muito
80 difícil. Informou que a CAESB está com projeto aprovado e já com ordem de serviço, com
81 recursos do BID, para o projeto de perdas da CAESB, sendo mais de 200 milhões a serem
82 investidos em perdas. Lembrou que há mais de um ano não é feito investimento em perdas.
83 Disse que a retirada da tarifa de contingência surpreende porque, se de um lado ela mostra as
84 questões do Descoberto, por outro, não vê as pessoas tão envolvidas em reduzir seus
85 consumos. E como os reservatórios são grandes, poderia se ter outra visão da tarifa de
86 contingência em termos de faixas mais elevadas. Sobre a disponibilidade hídrica e mudanças
87 climáticas, disse que tanto a CAESB quanto a população devem fazer mudanças de
88 paradigmas, incorporando essas mudanças nos planos diretores, e também trabalhar sistemas
89 com mais folgas e mais investimentos em infraestrutura ao longo dos períodos. Sobre a
90 educação ambiental, a Conselheira disse entender que não vem atingindo a mudança de
91 hábito e de consumo, e que as campanhas estão muito tímidas e devem mudar o enfoque,
92 pois as mesmas não refletem mudanças de hábitos. O **Conselheiro Montenegro/ABES-DF**
93 observou que combater sistematicamente as perdas no DF é uma medida fundamental, pois
94 as perdas talvez sejam o indicador mais global de eficiência de um prestador de serviço de
95 abastecimento de água. Disse que além da crise hídrica, o DF está vivendo uma crise social e
96 econômica da maior profundidade, por consequência de desempregos e consequentes
97 inadimplências, seguidas de cortes da prestação de serviços de fornecimento de água. No
98 entanto, a Organização das Nações Unidas - ONU estabeleceu que não se pode deixar uma
99 família sem água por falta de pagamento do serviço. Por isso, deve haver uma maneira de

100 equacionar esse problema. O Conselheiro lembrou que há aumento significativo de doenças
101 causado pelo consumo de água de má qualidade ingerida pela população, por isso é
102 imprescindível o monitoramento da qualidade da água. **O Presidente** agradeceu ao senhor
103 **Paulo Salles** pela sua presença e apresentação, reconhecendo o esforço da ADASA no
104 enfrentamento da crise hídrica no DF, uma crise que também tem relação com efeitos
105 externos à sua gestão. **O Presidente** concordou com a manifestação do Conselheiro **Mourão**
106 no sentido de que a curva apresentada indica que este ano passa com margem pequena, ou
107 seja, qualquer erro um pouco mais grosseiro pode levar a uma situação ainda mais grave e
108 mais crítica da situação. **O Presidente** reforçou a necessidade de se pensar não apenas em
109 2017, mas também nos anos vindouros. Disse se preocupar que a curva não demonstra aonde
110 chegará ao final de 2018, e observou que a tarifa de contingência não é só aumentar, mas
111 também reduzir para aquelas que estão muito abaixo dos 10 metros e aumentar
112 progressivamente para aquelas que estão muito acima dos 10 metros, de forma a se
113 dispensar o segundo dia de racionamento, que esse sim poderá ser grave, sobretudo para o
114 comércio. A **Conselheira Regina Fittipaldi /Fórum de ONGs** enfatizou que toda crise é
115 uma oportunidade de aprendizagem, no entanto, não se pode, neste momento, fazer
116 prospecções nas quais não tenham um mínimo de consistência para avaliar a situação. E
117 nesse sentido, a Conselheira disse que deve se sair do olhar meramente técnico e pontual
118 sobre as questões e passar a construir um olhar sistêmico sobre a realidade antes de avançar
119 em determinados empreendimentos. A Conselheira apresentou a questão do Taquari, e
120 ressaltou que deve se levar em consideração: i) A questão das águas pluviais do setor, ii) O
121 Taquari não tem projeto de utilização de água para o setor, iii) Trata-se de área de recarga,
122 iv) Não tem um estudo sobre o impacto da impermeabilização sobre a área da recarga e
123 sobre o impacto que isso possa gerar nas nascentes da Serrinha do Paranoá. Disse que todo o
124 esgoto da expansão do Taquari vai para a ET do Lago Norte. A oradora propôs, para o
125 Taquari, que o Comitê de Bacias promova uma gestão de resolução de conflitos para a
126 gestão das águas entre os diferentes atores. Sugeriu, também, que o CRH convide o Comitê
127 de Bacias para compartilhar com os Conselheiros de que forma está promovendo a mediação
128 de conflitos entre os diferentes atores envolvidos com o Projeto Taquari. **Diretor Presidente**
129 **da ADASA**, senhor **Paulo Salles**, observou que a primeira coisa a se entender é que a curva
130 é uma curva de simulação, e que simulação sempre tem pressupostos e um cenário inicial, e
131 que deve ser revista à luz de novos dados surgidos ao longo do tempo. Lembrou que a
132 ADASA está olhando para o futuro e ajustando as medidas presentes com vistas no futuro.
133 Observou que a tarifa de contingência é sempre uma polêmica e, no entanto, para retirar a
134 tarifa de contingência é preciso olhar o atingimento da meta. E que o Governador Rodrigo
135 Rollemberg tem respeitado as posições técnicas, diferente de outros Estados do Brasil, em
136 que o Poder Executivo não reconhece a importância das agências reguladoras. Disse que a
137 outorga que a ADASA dá para empreendimentos começa com outorga prévia e não como
138 uma autorização de uso. O Presidente da ADASA agradeceu a oportunidade. **O Presidente**
139 lembrou que a tarifa de contingência deve ser usada mesmo mais pelo efeito pedagógico e
140 didático e, se não for possível mantê-la, que na revisão de tarifas se pense na modalidade de
141 progressividade. Disse que não se deve ver a curva como uma previsão de futuro, mas sim
142 como meta para 2018. O **Senhor Alexandre Ribeiro/Casa Civil** informou que o Relatório
143 de acompanhamento do enfrentamento da crise hídrica feito pela Casa Civil está estruturado
144 em seis dimensões: fiscalização, socioeconomia, regulação, comunicação, educação e
145 estrutura. Para todas essas dimensões, exceto a socioeconômica, já há objetivos, ações e
146 indicadores, disse. O plano foi feito pelo Escritório de Projetos da Governadoria, com apoio
147 técnico e acompanhamento da Casa Civil. O objetivo do plano é consolidar as iniciativas de
148 Governo para o enfrentamento da crise hídrica, além de outras ações feitas pela SEMA e
149 IBRAM. O plano é um conjunto de ações pensadas com a premissa de integração e

150 compartilhamento de informações, ou seja, coordenar ações de Governo para o enfrentamento
151 de restrição de consumo de água. Disse que o foco da atividade de fiscalização é tanto a
152 parte de captação de águas superficiais como também a questão do parcelamento de solo
153 irregular. A ideia é avançar na questão do acompanhamento e monitoramento, visando à
154 qualidade da água. Sobre a infraestrutura, disse que está dividida em duas grandes ações:
155 ação da EMATER em relação à atuação em atividades rurais, e ações da CAESB, que se
156 referem ao aumento de oferta de água como também a melhoria da eficiência da rede e
157 diminuição das perdas de água. Informou que a ADASA está investindo fortemente em
158 sistemas e equipamentos para fazer o monitoramento para trazer a informação e trabalhar
159 com inteligência e fazer previsões e poder atuar de forma ativa e não somente passiva.
160 Propõe ações para o melhor gerenciamento dos recursos hídricos. O apresentador falou da
161 conscientização das crianças, através do Projeto Mensageiro da Água, que aborda aspectos
162 do consumo racional da água como também o combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Outro
163 projeto mencionado foi o de que a escola que economizar água, o valor referente à economia
164 voltará como recurso para a escola gastar em melhorias nela mesma. E a escola que
165 aumentar o seu consumo de água, reduz os recursos para manutenção. Observou que o
166 objetivo é que as próximas campanhas publicitárias sejam mais incisivas no sentido de
167 convencer a população sobre a economia de água. Disse que a preocupação é saber sobre o
168 impacto na economia por conta do segundo dia de racionamento, e mesmo não tendo o
169 segundo dia, saber se já há impactos e como pode se antecipar e se organizar para minimizar
170 o impacto socioeconômico dessas medidas de racionamento e enfrentamento da crise. **O**
171 **Presidente** agradeceu pela apresentação e falou da importância da divulgação dessas ações
172 para o Conselho. O Conselheiro **Mourão/Fórum de ONGs** falou da importância e
173 necessidade do sistema de fiscalização no DF e do desafio de se colocar isso de forma
174 sistemática e efetiva, que possa ser aproveitada no futuro com eficácia e que tenha a devida
175 transparência, visto que até então isso tem sido uma atitude de Governo e não de Estado.
176 Criticou a questão da comunicação, ressaltando que não se está tratando a crise da forma
177 adequada, mas sim tratando com benevolência, ou seja, olhando como se não fosse uma
178 crise. Falou da importância de o Governo tratar a comunicação de forma mais séria, falando
179 para a população que a crise é grave. O **Senhor Denilson Magalhães/SES** informou que a
180 Subsecretaria de Políticas Públicas conseguiu avançar na questão da regulamentação dos
181 caminhões pipas em um prazo bom, sendo que a partir de junho de 2017 será iniciada a
182 fiscalização desses caminhões, e também previsto o monitoramento. Disse que desde
183 fevereiro de 2017 tem havido outro impacto, que é o aumento de reservatórios com focos no
184 mosquito *Aedes aegypti*. Como há preocupação com o uso de inseticidas, o que tem sido
185 feito é a aceleração do processo de implantação do projeto da CAESB, chamado
186 Mensageiros da Água, em conjunto com o Projeto Escola Sem Mosquito, com o intuito de
187 influenciar os estudantes a mudarem de hábito e adotarem hábitos mais saudáveis e levar
188 isso para os domicílios também. Os dois programas serão lançados oficialmente no dia 9 de
189 junho de 2017. Sobre a qualidade da água para consumo humano, disse que a Subsecretaria
190 tem hoje capacidade instalada no Laboratório Central de Saúde Pública para realizar 40
191 análises por semana, e que o Mensageiro da Água também tem o compromisso de ajudar no
192 monitoramento e controle da qualidade da água dentro das escolas, e que há a intenção de
193 expandir isso para outros setores públicos além das unidades de saúde. Não há capacidade
194 de atender demandas dos setores privados, informou. **O Presidente André Lima** agradeceu
195 ao **Senhor Argileu Martins, da EMATER**, pelo trabalho realizado no meio rural. **O**
196 **Senhor Marcelo** esclareceu que não se trata de projeto de Governo, mas sim de projeto de
197 Estado. No que diz respeito à regulamentação, informou que o Plano Integrado já previu a
198 iniciativa de uma ação focado na elaboração de uma regulamentação de como deve
199 funcionar um grupo integrado de fiscalização. Disse que foram procurados a respeito do

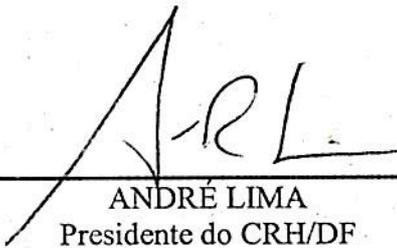
200 caminhão pipa, e que dia 15 de maio de 2017 foi publicada Instrução Normativa sobre o
201 assunto. O **Conselheiro Montenegro/ABES-DF** questionou o que é o Subsistema
202 Definitivo do Lago Norte. Lembrou que o fato da falta de água aumentar o número de
203 pontos de criadouros de mosquitos da dengue remete para a necessidade de incrementar a
204 comunicação. Disse que é preciso fazer mais, em particular, articulando com alguns setores
205 da sociedade, com estudantes universitários para fazer mutirões relativos a essas questões do
206 controle do reservatório domiciliar. Destacou que a qualidade da água para consumo
207 humano, que está regulamentada por Portaria do Ministério da Saúde, com dois tipos de
208 atividades: controle da qualidade (responsabilidade da CAESB) e vigilância sobre a
209 qualidade (responsabilidade da Secretaria de Saúde). Em situação de risco, sugeriu que a
210 Diretoria de Vigilância Ambiental da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal –
211 DIVAL/SES/DF e a CAESB mapeiem o resultado da vigilância para identificar quais locais
212 são mais frágeis e exigir que o controle seja aumentado nessas áreas e também no controle
213 de qualidade da água. O **Conselheiro Luiz Mourão/Fórum de ONGs** alertou que deve
214 pautar a questão da qualidade de água por dois motivos: i) As medições devem ser
215 respeitadas e apresentadas pela CAESB, ii) Coleta de água do Lago Paranoá. O **Presidente**
216 **André Lima** solicitou que fosse feita uma proposta com foco da discussão ora apresentada
217 para discutir o assunto. O **Conselheiro Montenegro/ABES-DF** propôs reunião preparatória,
218 convidando a DIVAL e a CAESB/Departamento da Qualidade de Águas da CAESB e após,
219 levar o assunto para a Câmara Técnica do CRH para aprimorar a discussão. O **Presidente**
220 submeteu a proposta do **Conselheiro Montenegro** à votação, o que foi aprovado por
221 unanimidade. A **Conselheira Regina Fittipaldi /Fórum de ONGs** agradeceu pela
222 apresentação, e disse ser muito importante para a Sociedade Civil saber o que o Governo
223 está articulando, com o propósito de identificar estratégias para lidar com o desafio
224 apresentado. A **Conselheira** apresentou o exemplo da Comunidade Granja do Ipê, onde tem
225 duas escolas que desenvolvem projetos e o Programa Movimento Diálogos Granja do Ipê,
226 em parceria com o IBRAM e SEMA, no intuito de criar consciência de pertencimento e
227 preservação da área e dos poços de água ali existentes. Trouxe à tona a questão da
228 quantidade e qualidade da água, dizendo não ter importância a quantidade sem qualidade. A
229 **Conselheira** perguntou se existe a preocupação da gestão pública com a questão da
230 quantidade e qualidade da água para as crianças das escolas, de forma a não faltar água nas
231 escolas. Informou que dia 30 de maio serão lançadas duas cartilhas, naquela comunidade, e
232 convidou a todos para estarem presentes no evento, que serão: Guia da ARIE Granja do Ipê,
233 e Cartilha Biodetetives (cartilha feita pelos alunos das escolas da comunidade). O **Senhor**
234 **Alexandre Ribeiro/Casa Civil** informou que o abastecimento de água nas escolas é um
235 trabalho coordenado pela Defesa Civil. Lembrou que a captação de água tem que ser feita
236 pela CAESB e que os caminhões pipas precisam ser monitorados e fiscalizados. O
237 **Presidente** alertou que esse assunto voltará a ser tratado neste Conselho para maiores
238 informações ao Plenário. A **Conselheira Regina Fittipaldi /Fórum de ONGs** observou que
239 o abastecimento tratado pelo **Senhor Alexandre Ribeiro** atinge apenas as escolas públicas.
240 Perguntou sobre as demais crianças do DF, especialmente as que estão nas escolas privadas
241 e as mais carentes. Questionou se existe alguma estratégia de política pública para assegurar
242 que as escolas do Distrito Federal tenham o seu abastecimento preservado. O **Senhor**
243 **Alexandre Ribeiro/Casa Civil** disse que não tem estratégia para abastecimento das escolas
244 privadas. E eventualmente, os caminhões pipas que vão abastecer as escolas privadas terão
245 que obedecer a regulamentação própria. Há projetos de atendimento do programa de
246 capacitação de abastecimento de água para escolas privadas. Prosseguiu com o **item 1c da**
247 **pauta**. O **Presidente** informou que o Relatório de Autoavaliação do PROGESTÃO/CTPA
248 já havia sido apresentado a este Conselho e naquele momento houve a necessidade de
249 ajustes. Ficou definido que o mesmo fosse ajustado e retornasse a este Plenário para possível

250 aprovação. Em seguida, passou a palavra à Subsecretária de Serviços Ecosistêmicos da
251 SEMA, senhora **Nazaré Soares**, que informou que a SEMA e ADASA iriam analisar o
252 documento e fazer as adequações sugeridas e após enviar para a Câmara Técnica para
253 apreciação e posterior retorno ao Conselho. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro
254 **Montenegro/ABES-DF** que proferiu a apresentação do ponto de pauta e ressaltou que o
255 trabalho foi facilitado porque houve um prévio entendimento, tentando minimizar
256 divergências entre as redações propostas pela SEMA e ADASA, em alguns tópicos, de
257 modo que, quando foi feita a reunião da Câmara Técnica, tinha exatamente três pontos onde
258 ainda havia algum tipo de divergência. Disse que a Câmara se reuniu, examinou as sugestões
259 de redação de parte a parte e a análise dos textos, chegando a um acordo satisfatório pelos
260 membros presentes naquele momento. Informou que as sugestões de redação aprovadas na
261 Câmara foram encaminhadas para a Secretaria do Conselho de Recursos Hídricos para que
262 sejam incorporadas ao Relatório. O **Presidente André Lima** questionou se o Plenário
263 desejaria fazer alguma observação ao documento. A Subsecretária da SEMA, **Nazaré**
264 **Soares**, agradeceu a ADASA e a Câmara Técnica pela redação do documento. Sugeriu,
265 sobre o item de Pesquisa e Inovação, citar no relatório o Edital da FAP. Sobre o item de
266 capacitação, sugeriu citar que o desafio ainda permanece de ampliar um processo de
267 capacitação para o sistema de recursos hídricos para o GDF, que envolve o Conselho e
268 outras instituições, dizendo que a forma como está a redação está muito voltada apenas para
269 responder a importância da capacitação para a ADASA. O **Presidente André Lima** disse
270 que o trabalho com a FAP é fruto da busca cada vez maior de convergências e integração
271 entre os órgãos. Lembrou que a FAP lançará novo edital sobre cidades resilientes, no qual,
272 também será tratada a questão água. A **senhora Érica/ADASA** informou que, sobre o curso
273 de capacitação deve ser envolvido todo o Sistema. Disse que a ANA deu um curso chamado
274 Desenvolve RH, no qual servidores da SEMA e do IBRAM participaram, e o ideal seria que
275 essas mesmas pessoas pudessem preencher a documentação, que é individual. O
276 **Conselheiro Sérgio Ribeiro /SEMA** informou que o edital da FAP foi aprovado, mas o
277 recurso só saiu em março e abril de 2017, para realização dos projetos, válidos por dois
278 anos, tratando das mais diversas frentes ligadas ao sistema da água. Informou ser oportuno a
279 inserção, no âmbito do Projeto GEF Cidades Sustentáveis, um projeto de pesquisa para
280 diagnosticar e um prognosticar a situação do aquífero abaixo do lixão da Estrutural. A
281 senhora **Nazaré Soares** esclareceu que os recursos do GEF são recursos extra
282 orçamentários, que vão sair no segundo semestre de 2017. Em seguida, o Relatório de
283 Autoavaliação do PROGESTÃO/CTPA foi submetido à apreciação, aprovado pelo Plenário.
284 Prosseguiu com o **item 1d da pauta**. O **Presidente** informou que o Ministério Público
285 instou o CRH a dar respostas a respeito de uma informação dada pela CAESB e ADASA
286 sobre a carência de uma norma geral de outorga no DF, dizendo que a outorga é um dos
287 principais instrumentos de gestão de recursos hídricos. Disse que esse pedido do Ministério
288 Público reforça a necessidade do enfrentamento da questão hídrica. Informou que será
289 enviada cópia aos Conselheiros da resposta ao Ministério Público. Informou que foi
290 enviada a ADASA, ao final de 2016 a solicitação de informações do resultado da Audiência
291 Pública realizada pela ADASA, para revisão da norma de outorga e até o momento a
292 ADASA não forneceu. O **Presidente** reforçou o pedido à ADASA para o envio do material.
293 O **Presidente** propôs, antes de levar esse debate à Câmara Técnica, que seja criado um
294 Grupo de Trabalho para assessorar a Presidência do Conselho à identificar o foco dessa
295 norma geral e quais problemas e desafios, elaborar o esboço de proposta que será levada à
296 Câmara Técnica. Disse que muitos debates já vem sendo feita no âmbito deste Conselho. O
297 **Presidente** informou que essa norma geral de outorga deve ser mais um instrumento de
298 integração entre o ato autorizativo de outorga e o de licenciamento, da gestão ambiental e da
299 gestão de recursos hídricos. O Grupo de Trabalho de apoio à presidência será coordenado

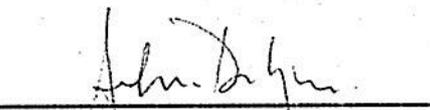
300 pela Secretaria Executiva. Em seguida, consultou quais instituições farão parte do Grupo de
301 Trabalho. Se dispuseram a compor o GT: Fórum de ONGs (Mourão/Fórum de ONGs) ,
302 CAESB (Maria do Carmo), IBRAM (a ser indicado), ADASA (Rafael) e Comitê de Bacias
303 do Paranoá (Regina Fittipaldi), tendo como coordenadora a SEMA (Nazaré Soares).
304 Outras pessoas com expertise na questão de outorga e outras instituições poderão compor o
305 GT. Foi proposto que o professor Dalvino Troccoli Franca (ex diretor da ANA e hoje na
306 CODEVASF) participe dos trabalhos. O GT terá prazo de três meses para realização de seus
307 trabalhos. Foi definido que será realizada uma oficina de trabalho com a participação de
308 convidados e especialistas sobre o tema. Sobre a participação do CRH no CNRH a **senhora**
309 **Nazaré Soares** informou que esse tema foi incluído novamente na pauta, mas a análise do
310 assunto não foi finalizada, e propôs chamar todos os Conselheiros atuais, que estão
311 representando o Conselho nas Câmaras Técnicas e GTs do Conselho Nacional para fazer um
312 alinhamento e confirmar mesmo quem está e quem não está envolvido no trabalho, porque
313 está havendo muita dificuldade em se manter essa participação no Conselho Nacional de
314 uma forma qualificada, inclusive pensar o retorno disso para uma discussão dentro do
315 próprio Conselho. **Item 2. Informes.** A **Conselheira Regina Fittipaldi /Fórum de ONGs**
316 informou que houve o 5º Encontro Formativo de Educação Ambiental. A oradora informou
317 que naquele evento foi proposto que o CRH convidasse o Comitê de Bacia do Paranoá para
318 apresentar para o CRH de que forma ele entende o seu papel e como pode desempenhar na
319 mediação de conflitos relativos à questão da expansão do Taquari. O **Presidente** disse ser
320 favorável à proposta, no entanto, ressaltou que não deve ser o CRH a instar os Comitê de
321 Bacias sobre qual é a resposta dele em relação a questão de conflitos de recursos hídricos,
322 mas que isso deve ser uma iniciativa do Comitê de Bacias. Por isso, o **Presidente**
323 recomendou que esse assunto seja pautado no Comitê de Bacias, e que seja feita gestão junto
324 ao presidente do Comitê de Bacias para que ele traga o assunto ao CRH, e o CRH abra essa
325 pauta provocado pelo Comitê de Bacias, pois o CRH é uma instância recursal em relação ao
326 Comitê de Bacias. O **item 2a** foi retirado de pauta. Não havendo mais considerações, o
327 presidente agradeceu a todos pelas contribuições e encerrou a reunião. A Ata será lida,
328 aprovada e assinada por todos os Conselheiros presentes e, posteriormente, publicado seu
329 extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

330

331

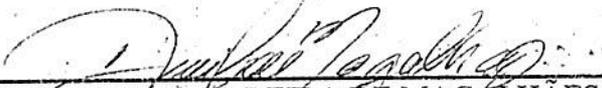

ANDRÉ LIMA
Presidente do CRH/DF

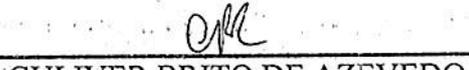

SÉRGIO AUGUSTO DE M. RIBEIRO
SEMA/DF

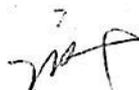

SÍLVIA BORGES DE LAZARI
SEGETH/DF

EDNA AIRES
SEGETH

RICARDO RODRIGUES NOVAES
SINESP


DENILSON FERREIRA DE MAGALHÃES
SES/DF


GULIVER BRITO DE AZEVEDO
SES/DF





VANDETE INÊS MALDANER
IBRAM

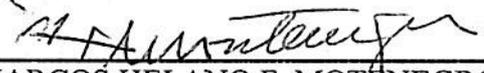
PATRICIA VALLS E SILVA
IBRAM

MARIA DO CARMO MAGALHÃES CÉZAR
CAESB

MANOEL A. M. DE ARAÚJO
IBAMA



JORGE ENOCH F. WERNECK LIMA
EMBRAPA



MARCOS HELANO F. MOTENEGRO
ABES/DF

REGINA STELLA Q. FITTIPALDI
FÓRUM de ONGs

LUIZ ERNESTO B. MORÃO SÁ
FÓRUM de ONGs